

Curso Complementar de Direito do Desporto (CC4)

OS SUJEITOS DESPORTIVOS

3 de fevereiro de 2012

SUMÁRIO E LEGISLAÇÃO

I – INTRODUÇÃO

II - INTEMPORALIDADE DO DESPORTO

III – LEI DESPORTIVA CONSIDERADA

Estatuto das Coletividades de Utilidade Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro ¹; Estatuto dos Dirigentes Desportivos em Regime de Voluntariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 267/95, de 18 de outubro; Regime Jurídico das Sociedades Desportivas e dos Clubes Desportivos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/97, de 3 de abril ²; Regime dos Clubes de Praticantes, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 272/97, de 8 de outubro; Regime Jurídico das Associações Promotoras do Desporto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 279/97, de 11 de outubro; Regime Jurídico do Contrato de Trabalho dos Praticantes Desportivos, aprovado pela Lei n.º 28/98, de 26 de junho ³; Regime Disciplinar das Federações Desportivas, aprovado pela Lei n.º 112/99, de 3 de agosto; Bases Gerais da Caça, aprovadas pela Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de novembro; Regime Jurídico da Formação de Agentes Desportivos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 407/99, de 15 de outubro; Regime de Apoio aos Dirigentes Associativos Voluntários na Prossecução das suas Atividades de Caráter Associativo, aprovado pela Lei 20/2004, de 5 de junho; Bases da Atividade Física e do Desporto, aprovadas pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro; Regime Jurídico das Federações Desportivas e da Atribuição do Estatuto de Utilidade Pública Desportiva, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de Dezembro; e Regime de Acesso ao Exercício da Atividade de Treinador de Futebol, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 248-A/2008, de 31 de dezembro.

¹ Alterado pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de dezembro, e pela Lei n.º 40/2007, de 24 de agosto.

² Alterado pela Lei n.º 107/97, de 16 de setembro, e pelos Decretos-Leis n.ºs 303/99, de 6 de Agosto, e 76-A/2006, de 29 de março.

³ Alterada pela Lei n.º 114/99, de 3 de Agosto.

IV – CONCEITO DE SUJEITOS DESPORTIVOS

V – CONCRETIZAÇÃO DO CONCEITO DE SUJEITOS DESPORTIVOS

VI – CASUÍSTICA JURISPRUDENCIAL RELACIONADA COM OS SUJEITOS
DESPORTIVOS

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, MANUEL A. DOMINGOS DE, “Teoria Geral da Relação Jurídica”, volume I, Coimbra, 1966.

BENTO, JORGE OLÍMPIO, “A propósito da lei da actividade física”, Revista do Desporto & Direito, Ano IV, n.º 11, Janeiro/Abril de 2007.

BRITO, MIGUEL NOGUEIRA DE, “O novo regime das Federações Desportivas”, Desporto & Direito, Revista Jurídica do Desporto, Ano VII, n.º 19, setembro/dezembro de 2009.

CARVALHO, MARIA JOSÉ, “Os Elementos Estruturantes do Regime Jurídico do Desporto em Portugal”, Porto, 2007.

COSTA, SALVADOR DA, e CASTANHEIRA, LUÍS, “Meda de Mouros e as suas gentes”, Coimbra, 2007.

FERNANDES, LUIS A. CARVALHO, “Teoria Geral do Direito Civil”, volume I, Lisboa, 1995.

MEIRIM, JOSÉ, “Dicionário Jurídico do Desporto”, Lisboa, 1995;

-“Marco Jurídico das organizações desportivas portuguesas”, Centro de Estudos e Formação Desportiva”, Lisboa, 2002;

-“ Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto – Estudo, Notas e Comentários”, Coimbra, 2007.

MOURA, PAULO CARDOSO, “O Desporto na Ordem Jurídica Portuguesa”, Separata Revista Jurídica n.º 3, Porto, 1999.

PESSANHA, ALEXANDRA “As Federações Desportivas, Contributo para o Estudo do Ordenamento Jurídico Desportivo, Coimbra, 2001.